

500 QUESTÕES

PC-PR

DELEGADO DE POLÍCIA



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



PC-PR

*500 Questões Gabaritadas
Delegado de Polícia*

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EX-TRAVAGANTE

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

SUMÁRIO



DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

CIÊNCIAS FORENSES

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

**1. (FGV - 2021)**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu primeiro artigo, adota a Doutrina de Proteção Integral. A respeito dessa Doutrina, analise as afirmativas a seguir.

I. É denominada de proteção integral, por propor que a família, a sociedade e o Estado são obrigados a propiciar aos menores o respeito a todos os seus direitos fundamentais de cidadãos e de pessoas em desenvolvimento.

II. Pressupõe que os seres humanos com menos de 18 anos possuem direitos iguais àqueles que são consagrados aos adultos e, além disso, direitos que lhe são peculiares, considerando sua especial condição de pessoas em desenvolvimento ou em formação.

III. Reconhece a condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, o que os torna merecedores de tutela e supervisão por parte da família e do Estado, já que ainda não possuem o discernimento para serem imputados por seus atos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FGV - 2025)

Com relação ao direito à educação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A escola contatará o Conselho Tutelar apenas em último caso em situações de maus-tratos parentais a um aluno.

() Os pais ou responsáveis poderão participar da definição das propostas educacionais da escola.

() A escola deverá respeitar os valores culturais próprios ao contexto social da criança e do adolescente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.



1. (FGV - 2024)

Ao estudar o Decreto nº 9.603/2018, que regulamenta a Lei nº 13.431/2017, Georgiana se deparou com o conceito atinente ao “discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem”.

Para fins do disposto no mencionado Decreto, a descrição define

- (A) violência institucional.
- (B) assédio moral.
- (C) revitimização.
- (D) acolhimento ou acolhida.
- (E) assédio moral institucional.

2. (FGV - 2024)

Ana compareceu à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente acompanhada de sua filha Débora, 11 anos, que relatou para a mãe ter sido sexualmente molestada por um tio paterno.

De acordo com a legislação vigente, nos casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, a escuta especializada realizada em órgãos da rede de proteção terá como objetivo:

- (A) priorizar o afastamento do lar da vítima ou da testemunha de violência para garantia de sua integridade física e psicológica;
- (B) produzir provas para o processo de investigação e de responsabilização criminal do suspeito de abuso sexual;
- (C) cumprir a finalidade de proteção social e de provimento de cuidados para a superação das consequências da violação sofrida;
- (D) criar estratégias para fazer a criança ou adolescente falar sobre a violência sofrida, respeitado seu estágio de desenvolvimento;
- (E) realizar o atendimento psicológico clínico com ênfase em técnicas psicológicas de intervenção em estresse pós-traumático.

3. (FGV - 2023)

Adolescente e sua mãe comparecem a Centro de Referência em Assistência Social (Cras) para relatar violência sexual praticada pelo avô da adolescente há dois meses.

O profissional da assistência social que realiza o atendimento decide fazer a escuta da adolescente na companhia de sua genitora, indagando-lhe detalhes sobre a dinâmica dos fatos, de modo a obter elementos suficientes para a futura responsabilização criminal do suposto agressor, e para atender às necessidades socioassistenciais da família. Após a escuta, as encaminha ao Conselho Tutelar e à autoridade policial.

No Conselho Tutelar, a mãe é novamente ouvida e a autoridade policial toma o depoimento da mãe e da adolescente. Ao final, encaminha a adolescente ao Instituto Médico Legal e oferece representação ao Ministério Público sobre medida de afastamento do agressor do local de convivência com a adolescente.

O Ministério Público apresenta pedido de medida protetiva em favor da adolescente, que é deferido, e decide aguardar o resultado do laudo do Instituto Médico Legal e o depoimento de testemunhas que comprovem a violência, a serem colhidos pela autoridade policial.



1. (FGV - 2025)

Dentre os procedimentos listados a seguir, aquele que pode ser entendido como um instrumento de conscientização dos condutores é:

- (A) Aplicação de uma multa.
- (B) Cassação da carteira de motorista.
- (C) Instalação de uma sinalização vertical.
- (D) Realização de uma medida administrativa.
- (E) Aplicação de uma penalização por advertência.

2. (FGV - 2026)

Frederico, advogado, após alcançar grande sucesso na advocacia, decidiu se dedicar também à construção civil, passando a atuar simultaneamente nas duas áreas. Diante da afinidade temática entre o Direito Imobiliário e o setor de construção civil, Frederico teve a ideia de unir ambas as atividades em um único escritório, oferecendo aos clientes consultoria jurídica e serviços de incorporação imobiliária. Para divulgar o seu novo empreendimento, contratou um escritório de *marketing*, que produziu uma campanha publicitária conjunta, ressaltando seus trabalhos como advogado e como empreendedor da construção civil. Sobre o fato narrado, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É possível a divulgação conjunta, desde que respeitados o decoro e a dignidade da advocacia, cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB avaliar a adequação da publicidade.
- (B) É permitida a divulgação conjunta apenas quando a outra atividade também for regulamentada por entidade de classe, hipótese em que a OAB poderá celebrar o convênio para a publicidade cruzada.
- (C) É vedada a divulgação conjunta de advocacia com outra atividade, ainda que exercida pela mesma pessoa e que haja afinidade entre os ramos, como ocorre entre a advocacia imobiliária e a construção civil.
- (D) Em regra, não é possível divulgar a advocacia em conjunto com outra atividade, mas nesse caso seria permitido, pois as atividades são exercidas por uma mesma pessoa e possuem afinidade temática, inexistindo conflito ético.

3. (FGV - 2025)

Afonso, condenado por tráfico de drogas, cumpre pena dividindo cela com Rodrigo, preso preventivamente há mais de dois anos, sem que a instrução do processo por roubo a que responde tenha sido concluída. Indignado com a situação de Rodrigo, Afonso, que não tem formação jurídica, mas sempre foi habilidoso com a escrita, decide redigir um pedido de *habeas corpus* em folha de caderno, à mão, em favor de seu companheiro de cela.

Considerando o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB), assinale a afirmativa correta.

- (A) A impetração de *habeas corpus* é atividade privativa de advogado regularmente inscrito na OAB, não podendo ser realizada por um leigo, ainda que em defesa de direitos fundamentais.
- (B) Afonso poderá redigir e impetrar o *habeas corpus* em favor de Rodrigo, pois a impetração desse remédio constitucional não está incluída entre as atividades privativas da advocacia.

**1. (FGV - 2022)**

A respeito do nosso sistema presidencialista de governo, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República que é auxiliado pelos Ministros de Estado, no âmbito federal.

() O Presidente da República é o único que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

() O Presidente da República age como Chefe de Estado quando celebra tratados internacionais ou declara guerra.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

(A) V – V – V.

(B) V – F – V.

(C) F – F – V.

(D) F – V – V.

(E) V – V – F.

2. (FGV - 2025)

Em determinado processo em tramitação no âmbito do Juizado Especial X, a pretensão deduzida pelo autor, representado por advogado, estava lastreada em norma constitucional de eficácia contida. Após analisar o processo, o juiz leigo concluiu corretamente que a referida norma:

(A) não pode alicerçar a pretensão, pois carece de regulamentação;

(B) tem o condão de revogar normas anteriores com ela colidentes, apesar de carecer de regulamentação para a produção de efeitos;

(C) tem aplicabilidade imediata, ainda que possa ter o seu alcance restringido; logo, pode embasar a pretensão do autor;

(D) tem aplicabilidade imediata, já que a regulamentação somente pode estender os seus efeitos, não os restringir, sob pena de comprometer a força normativa da Constituição;

(E) a exemplo da generalidade das normas constitucionais, carece de regulamentação para produzir a integralidade dos seus efeitos, mas isso não obsta que embase uma pretensão.

3. (FGV - 2022)

João, cidadão com grande engajamento político, procurou orientação jurídica a respeito da forma de implementação dos direitos sociais previstos na Constituição, ocasião em que lhe foi informado, corretamente, que

(A) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia plena, indicativo de que podem ser imediatamente exigidos, mesmo sem integração pela legislação infraconstitucional.

(B) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia limitada, exigindo a integração pela legislação infraconstitucional para que sejam exigidos.

(C) carecem apenas da prática de atos regulamentares, a cargo do Poder Executivo, definindo a forma como serão oferecidos à coletividade.

**1. (FGV - 2025)**

Avalie as proposições a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Uma política pode ser eficaz (cumprir metas/objetivos operacionais) e, ao mesmo tempo, ineficiente (usar recursos acima do necessário para as entregas).

() Se uma política é eficiente, então necessariamente é efetiva (gera mudanças no problema/público-alvo).

() Uma política pode ser efetiva (produzir resultados/impactos mensuráveis) sem ter sido eficaz nas metas operacionais originalmente pactuadas.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.

(B) V – V – F.

(C) F – V – V.

(D) F – F – V.

(E) V – F – V.

2. (FGV - 2024)

É uma referência para o setor público no Brasil o guia de governança do TCU. Nele cada um dos mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) foi associado a um conjunto de componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance de seus objetivos.

É(são) um componente previsto no mecanismo de controle:

(A) o alinhamento transorganizacional;

(B) as competências e pessoas;

(C) a gestão de riscos;

(D) os princípios e comportamentos;

(E) o relacionamento com partes interessadas.

3. (FGV - 2024)

Com base no conceito de Governança Pública adotado pelos órgãos de controle interno e externo, em virtude do propósito de apoiar a melhoria do desempenho das organizações públicas jurisdicionadas, analise as afirmativas a seguir.

I. Compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

II. Função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.

III. Responsável em manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade.

**1. (2026)**

A Lei Complementar nº 259/2023, em seu art. 2º, apresenta conceitos aplicáveis à estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná. Considerando especificamente o conceito de promoção, assinale a alternativa correta.

- (A) Promoção é a mudança do servidor para cargo de atribuições distintas, mediante novo concurso público.
- (B) Promoção é a designação temporária do servidor para exercer função gratificada ou cargo em comissão.
- (C) Promoção é a transferência do servidor de uma unidade policial para outra, ainda que não haja alteração remuneratória.
- (D) Promoção é a passagem do servidor público estável e em efetivo exercício de um nível ou classe/nível para outro imediatamente superior, dentro do mesmo cargo.
- (E) Promoção é a elevação automática do servidor a qualquer nível da carreira após o cumprimento do estágio probatório.

2. (2026)

De acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 259/2023, integram as carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná:

- (A) Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações Policiais, esta última em extinção.
- (B) Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminal e Médico-Legista.
- (C) Delegado de Polícia, Oficial Investigador, Perito Oficial Criminal e Técnico em Segurança Pública.
- (D) Delegado de Polícia, Agente Penitenciário, Papiloscopista, Escrivão e Guarda Civil Estadual.
- (E) Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Oficial Administrativo e Perito Judicial.

3. (2026)

Um candidato pretende ingressar em uma das carreiras do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná. Conforme o art. 11 da Lei Complementar nº 259/2023, assinale a alternativa que apresenta corretamente requisitos para a investidura.

- (A) Possuir habilitação na categoria “A”, ensino médio completo e dois anos de experiência administrativa.
- (B) Ser aprovado apenas nas provas escritas e apresentar o diploma exigido no prazo de cinco anos após a posse.
- (C) Apresentar habilitação em qualquer categoria, sendo facultativas a avaliação psicológica e a investigação social.
- (D) Ser aprovado no concurso, ficando dispensado do curso de formação técnico-profissional caso possua experiência policial.
- (E) Possuir Carteira Nacional de Habilitação ou permissão para dirigir na categoria mínima “B”, ser aprovado nas avaliações de saúde, física e psicológica, demonstrar boa conduta e concluir o curso de formação, além de comprovar a escolaridade exigida.



Direitos Humanos

1.(2026)

Os Direitos Humanos são compreendidos como um conjunto de direitos indispensáveis à existência digna, cuja titularidade decorre da própria condição humana. Considerando o conceito e a finalidade desses direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Direitos Humanos protegem condições essenciais à liberdade, à igualdade e à dignidade, independentemente de nacionalidade, origem, religião, condição econômica ou outro fator de diferenciação.
- (B) Os Direitos Humanos são benefícios concedidos pelo Estado somente aos cidadãos que cumpram deveres políticos.
- (C) A existência dos Direitos Humanos depende exclusivamente de sua previsão expressa na legislação interna de cada país.
- (D) Os Direitos Humanos destinam-se apenas a limitar a atuação dos agentes públicos, sem impor deveres de proteção ou promoção.
- (E) A proteção internacional alcança somente direitos civis, excluindo direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos.

2.(2026)

Entre os princípios orientadores dos Direitos Humanos encontram-se a dignidade da pessoa humana, a não discriminação e a prevalência da norma mais favorável à vítima. Sobre esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A dignidade humana pode ser afastada quando a pessoa é acusada da prática de uma infração penal.
- (B) A não discriminação proíbe qualquer tratamento diferenciado, mesmo quando necessário para corrigir desigualdades históricas.
- (C) A norma interna deve sempre prevalecer sobre a internacional, ainda que ofereça proteção inferior.
- (D) Diante de normas legitimamente aplicáveis, deve-se buscar, sempre que juridicamente possível, a interpretação que ofereça proteção mais ampla e efetiva à pessoa.
- (E) A prevalência da norma mais favorável aplica-se exclusivamente às relações trabalhistas.

3.(2026)

A universalidade, a historicidade, a indivisibilidade, a interdependência, a inalienabilidade e a imprescritibilidade são características associadas aos Direitos Humanos. Assinale a alternativa que apresenta interpretação adequada dessas características.

- (A) A universalidade permite que determinados Estados excluam grupos minoritários com base em tradições culturais.
- (B) A indivisibilidade estabelece hierarquia absoluta dos direitos civis sobre os direitos sociais.
- (C) A inalienabilidade permite que uma pessoa venda definitivamente seus direitos essenciais.
- (D) A interdependência demonstra que o exercício de um direito pode depender da proteção de outros, como ocorre entre vida, saúde, alimentação e saneamento.
- (E) A historicidade significa que os Direitos Humanos deixam de existir quando ocorre mudança de governo.



1. (FGV - 2026)

Em termos médico-legais, a doença mental existe quando afeta a capacidade de algum indivíduo entender o caráter ilícito do fato, eventualmente, praticado e de autodeterminar-se ao tempo da ação e da omissão.

Em relação a imputabilidade, é incorreto afirmar que

- (A) são inimputáveis os indivíduos que, por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado, eram, na época da ação ou omissão, incapazes de entender o caráter ilícito do fato.
- (B) pode haver redução da pena de um a dois terços quando o agente, em razão de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, na época da ação ou omissão, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- (C) os portadores de surdimutismo são equiparados aos silvícolas, porém não devem ser considerados portadores de retardo mental profundo ou moderado.
- (D) O sonambulismo leva à prática de atos, durante estado de inconsciência e o sonambulismo epilético leva ao automatismo das ações associado a amnésia geral dos fatos, de forma que atos ilícitos cometidos nesta sob esse estado, bem como na fase crepuscular, não são passíveis de punição.
- (E) O hipnotismo é um estado semelhante ao sono provocado por manobras intencionais, de forma que deve ser considerado como fator modificador da responsabilidade do indivíduo.

2. (FGV - 2026)

O laudo pericial será elaborado pelos peritos, materializando a perícia realizada.

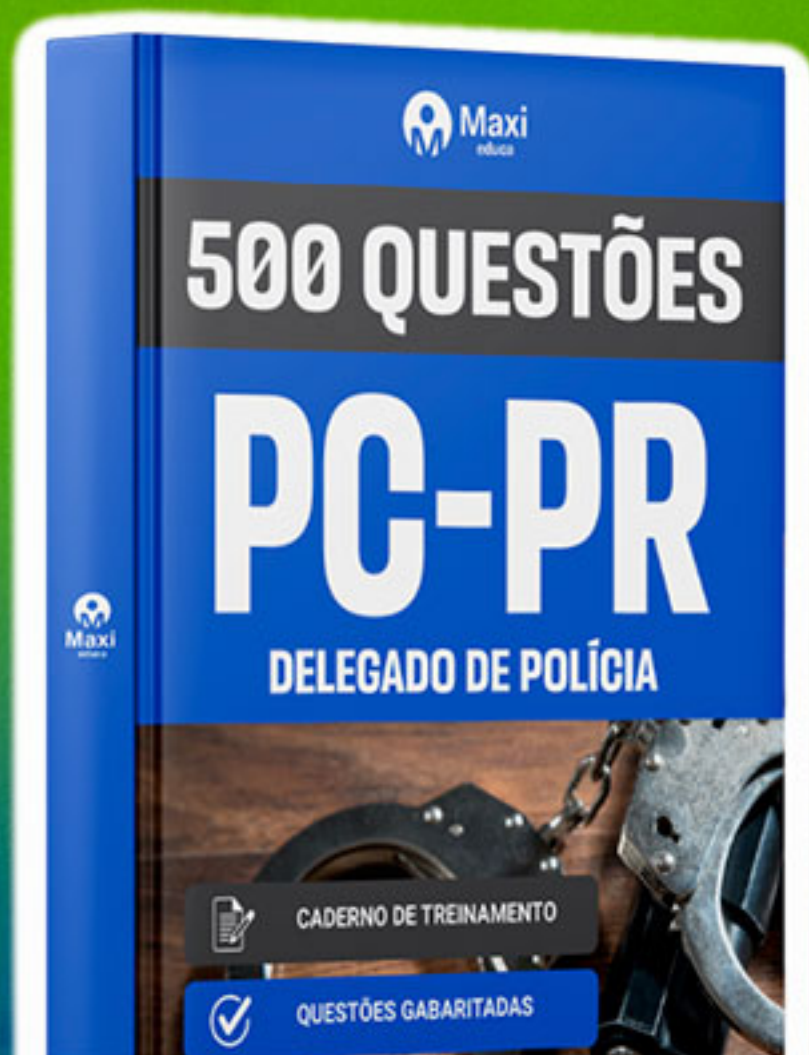
Sabendo que o laudo pericial é dividido em partes, é correto afirmar que

- (A) o preâmbulo corresponde à parte do laudo onde estão os quesitos a serem respondidos, além do local, data e hora em que foi realizada a perícia.
- (B) os quesitos dos laudos de exames de corpo de delito são formulados pelas partes dentro do prazo estipulado pelo Juiz.
- (C) o item histórico do laudo corresponde à anamnese, não havendo diferença em relação ao exame clínico comum.
- (D) a descrição é a parte mais importante do laudo pericial, deve ser rica em detalhes e corresponder ao visum et repertum.
- (E) a discussão é a parte mais importante do laudo onde o perito pode citar referências bibliográficas.

3. (FGV - 2026)

A análise das lesões encontradas na perícia, correlacionando-as e comparando-as com os dados não periciais do caso, bem como o desenvolvimento de hipóteses sobre a dinâmica do crime, são elementos que devem ser colocados na parte do laudo denominada

- (A) histórico
- (B) preâmbulo
- (C) descrição
- (D) discussão
- (E) conclusão



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!